



ATA

Aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Francisca Maria da Costa Abreu, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, com a seguinte Ordem de Trabalhos. ---

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

1 - INFORMAÇÃO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----

ASSEMBLEIA -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA Nº7 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 2019. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS/IMPOSTOS -----

3 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2020 PPI - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2020. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - MAPA DE PESSOAL 2020 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS. -----

4 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2019. -----

5 - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2019 (A COBRAR EM 2020). -----

6 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2020. -----

CÂMARA -----

7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

REGULAMENTOS -----

8 - ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS

MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2020. -----

9 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E NOVAS ZONAS A IMPLEMENTAR. -----

10 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO. -----

11 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS. -----

URBANISMO -----

12 - ARU/ORU DO CENTRO DA CIDADE - APROVAÇÃO APÓS DISCUSSÃO PÚBLICA. -----

13 - APROVAÇÃO DA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) DAS TAIPAS. -----

14 - APROVAÇÃO DA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) DE PONTE. -----

15 - APROVAÇÃO DA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) DE PEVIDÉM. -----

16 - SEGUNDA ALTERAÇÃO PONTUAL DO PDM DE GUIMARÃES NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO RERAE - APROVAÇÃO FINAL. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS -----

17 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 21 DE SETEMBRO DE 2018 COM A EMPRESA TÊXTEIS J.F. ALMEIDA S.A. -----

18 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015, COM A EMPRESA LIROF – FIOS TÊXTEIS S.A. -----



- 19 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 17 DE OUTUBRO DE 2016 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 23 DE MAIO DE 2018 COM A EMPRESA ANTÓNIO LEITE PEREIRA, FILHOS & Cª LDA. -----**
- 20 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017 COM A EMPRESA JOSÉ JÚLIO JORDÃO, LDA. -----**
- 21 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 25 DE JUNHO DE 2015 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 15 DE OUTUBRO DE 2018, COM A EMPRESA FORTUNATO O. FREDERICO & Cª, LDA. -----**
- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----**
- 22 - AJUSTE DIRETO N.º 58/19 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES INTERMÉDIAS EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ABERTURA DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**
- ENTIDADES PARTICIPADAS -----**
- 23 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L. (2020). -----**
- 24 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TURIPENHA (2020). -----**
- 25 - CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE (2020).-**
- 26 - ASSOCIAÇÃO DE LABORATÓRIO DA PAISAGEM - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA. -----**
- 27 - CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG, COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM, UNIPessoal LDA – 2020. -----**

FREGUESIAS -----

28 - FREGUESIA DE INFANTAS - PROJETO CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE - RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. -----

29 – FREGUESIA DE INFANTAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----

30 - FREGUESIA DE POLVOREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----

FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----

31 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS DE REPERFILAMENTO NA RUA EX-COMBATENTES DO ULTRAMAR. -----

32 - FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - EXECUÇÃO DA OBRA DE ALARGAMENTO E BENEFICIAÇÃO DO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE. -----

33 - FREGUESIA DE BARCO - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – PRIMEIRA REVISÃO. -----

34 - FREGUESIA DE BARCO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENOS DESTINADOS AO PARQUE FLUVIAL DE BARCO. -----

35 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS DE CONSTRUÇÃO NOVO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE. -----

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

36 - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – PRIMEIRA REVISÃO DO CONTRATO-INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL DO PARQUE DE LAZER DO RIO SELHO. -----

37 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – ANO DE 2019. -----

38 - FREGUESIAS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - MANUTENÇÃO DOS



ESPAÇOS VERDES. -----

TRÂNSITO -----

39 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA TRAVESSA B DAS MONDAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANDOSO S. TIAGO E MASCOTELOS. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

40 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Pelas **vinte e uma horas e vinte minutos**, havendo quórum, o Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes e **DECLAROU ABERTA** a sessão. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: **Eleitos diretos:** (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Nelson José Guimarães Felgueiras, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, César Manuel Castro Machado, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Manuel Américo Antunes de Freitas, António Fernando Macedo Ribeiro, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria José Teixeira Martins, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Augusto Rafael Capela Duarte, Elsa Cristina Silva Ribeiro, José de Castro Dias, Manuel Martins Salgado, Márcio Rafael da Silva Ferreira, António Rogério Ferreira Paiva e Hugo Francisco Monteiro Teixeira; (PSD) - Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, Emídio Guerreiro, Margarida Pinheiro Pereira, Ana Margarida da Costa Teixeira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Ana Rita Abreu Fernandes, Mário Augusto Araújo Ribeiro, Paula Cristiana Silva Ribeiro e Eduardo Miguel Teixeira Fernandes; (CDS-PP) – Rui Miguel Ribeiro Correia e Paulo Miguel Lima Peixoto; (CDU) – Mariana da Conceição Pereira da Silva, Célia Maria Abreu Magalhães e Miguel Ângelo Leite Vieira; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro;

(Independente) – António Fernando Meireles Lopes; **Presidentes de Junta de Freguesia (por inerência do cargo)** - Ana Alice Castro Martins (em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Aldão) – PS, José de Castro Antunes – PS, Sérgio Manuel Antunes Freitas da Silva – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Carlos Artur Faria Ribeiro Coimbra – PS, António Martins Gonçalves – PSD, Luís António Costa Silva Durães (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Fermentões – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, Alcino José de Sousa – PSD, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, José Armando Morais da Silva – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, Néilson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Bartolomeu Marques da Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Silvares) – PS, João Miguel Castro Oliveira – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Abílio Lima de Freitas – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas (em representação do Presidente da Junta da União das Freguesias de Conde e Gandarela) – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Manuel das Neves Rodrigues – PSD, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso e Carlos Alberto



Peixoto de Sousa – PS. -----

Ausências inferior a trinta dias: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, procedeu à substituição dos seguintes membros: Luís Miguel Morgado Laranjeiro, Hugo Maciel tavares de Freitas, José Pedro Aguiar Branco, Tiago Vieira Laranjeiro, Rui Armindo da Costa Freitas, José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa, Susana Manuela Marques Araújo, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Fernando Miguel Machado Pereira Silva Araújo, Carlos Henrique Ribeiro de Barros, Elva Raquel Camarero Cancela Gusmão, Rui Miguel de Meira Barreira, Cândido Capela Dias, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Ricardo Jorge Carvalho de Castro, Manuel da Costa Mendes Lopes, José Silva Fernandes, Manuel Fernando da Cunha Fernandes, Francisco Bruno da Silva Oliveira, Sérgio Alberto Castro Rocha e Alexandra Santos Gonçalves Ferreira. -----

Renúncia ao Mandato: Renunciou ao mandato o membro Marta de Abreu Coutada. -----

Faltaram os seguintes membros: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Maria Elisabete Veloso Machado da Costa Martins, Sandra da Luz da Cunha Martins, Armando Jorge Coelho Ferreira, Daniel André de Sousa Rodrigues, Rui Manuel Alves Martins, Elsa Maria da Silva Castro, Vasco André de Sousa Rodrigues, António Magalhães Azevedo, Angelino Miguel Ribeiro Salazar, Marçal Avelino Salazar Marques Mendes e Francisco Bruno da Silva Oliveira.

Presenças da Câmara Municipal – Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, António Monteiro de Castro e Bruno Alberto Vieira Fernandes. - -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

Do ofício da Autoridade de Auditoria da Inspeção-geral de Finanças que requer as deliberações tomadas em Assembleia Municipal, relativas à Freguesia de Guardizela, nos mandatos 2009/2013, 2013/2017 e 2017/2021; Da convocatória para o vigésimo quarto Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar nos dias vinte e nove e trinta de novembro, em Vila Real; Do ofício da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, remetendo cópia de uma Moção aprovada, por unanimidade, subordinada ao tema “Clarificação dos Objetivos do Centro Interpretativo do Estado Novo”; Do convite, remetido pela Associação Vimaranense para a Ecologia, para a sétima mostra de cinema documental dedicada ao tema Ambiente e Sociedade, a realizar entre os dias vinte e quatro a vinte e sete de novembro, na Universidade do Minho e no Auditório da Fraterna; Do convite da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco para a exposição de pintura da Dra. Estela Campos, nos claustros da Instituição, de vinte e um de outubro a dois de novembro de dois mil e dezanove; Do convite da Câmara Municipal de Guimarães para a sessão “À Conversa com Edgar Morin”, que se realiza no dia vinte de novembro, pelas dezasseis horas, no Centro Internacional de Arte José de Guimarães; Do ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, remetendo cópia do Projeto de Lei nº 21/XIV/1ª, apresentado na Assembleia da República e que altera a Lei nº 2/2011, de 9 de fevereiro, na parte relativa à calendarização da remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **INTERVENÇÕES** -----

Mariana da Conceição Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Ontem o Largo do Toural foi palco de uma manifestação de trabalhadores da empresa Kyaia. Quando entrarmos no Período da Ordem*



do Dia alguns votarão a favor de mais benefícios fiscais a este grupo económico que tem um volume de negócios de cinquenta e cinco milhões de euros. Agora é tempo de prestar a solidariedade a esses trabalhadores que lutam contra a prepotência e a repressão patronal. Em finais de Setembro a empresa decidiu aplicar unilateralmente um novo horário procurando roubar com esta decisão vinte minutos à vida dos trabalhadores. Ao introduzir duas pausas que todos os estudos indicam serem favoráveis à produtividade dos trabalhadores e conseqüentemente ao lucro dos patrões a empresa podia dar um sinal de modernidade. No entanto, o caminho escolhido foi o de tentar obrigar os trabalhadores a trabalhar vinte minutos para além do fim do horário de trabalho. Foi, claramente, escolhido o caminho do retrocesso, do agravamento da exploração por via do aumento do horário. A resposta dos trabalhadores foi a adequada, em unidade, com determinação, de forma combativa e corajosa decidiram cumprir o horário, o mesmo horário que alguns trabalhadores cumprem há décadas. Sabemos que não é fácil, sabemos que a empresa tem mecanismos de repressão ao seu dispor que não hesitará em usar, mas sabemos também que desde o início do mês de Outubro os trabalhadores deste grupo estão a lembrar o velho conto que mostra que a união faz a força. Estes trabalhadores podem contar com o apoio dos eleitos da CDU, dentro de algumas horas veremos com quem podem contar.” -----

António Fernando Meireles Lopes, Membro Independente, fez uma intervenção a respeito do aniversário do derrube do Muro de Berlim, lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: “ *Comemorou-se este mês o derrube do vergonhoso Muro de Berlim, facto que por muitos académicos é considerado como um dos mais importantes do século XX. A nove de novembro de mil novecentos e oitenta e nove, finalmente, o povo,*

oprimido por um regime totalitarista do Partido Socialista Unificado da Alemanha, pode assistir, participar e regozijar-se com a demolição do betão que por mais de 66 km separava os cidadãos de Berlim. Oficialmente, pasme-se, este muro designava-se como Muro de Proteção Antifascista...e, ironia macabra, a dita proteção com as suas 302 torres de vigia e redes eletrificadas, foi responsável pela morte de 136 pessoas feriu cerca de 200 e mais de 300 foram presas. Provas evidentes e irrefutáveis da repressão comunista contra a sua população! Muitos outros efeitos não visíveis e quantificáveis decorreram da hedionda edificação comunista nomeadamente, a separação de milhares de famílias e amigos que durante 30 anos não puderam conviver. Ainda hoje são visíveis as diferenças entre as duas “Alemanhas” e não mensuradas socialmente as implicações desta divisão. Vem este assunto a propósito da minha intenção de relembrar e felicitar pela decisão, apesar de tardia, do Parlamento Europeu (P.E.) sobre a equiparação dos regimes Comunista e Nacional Socialistas alemão. A resolução intitulada “Importância da memória europeia para o futuro da Europa” é crucial na consciencialização dos povos europeus no tocante a todos os crimes perpetrados pelos regimes comunistas e nazista e de uma forma geral de todas as ditaduras. Lamentavelmente, alguns deputados no P.E. não votaram favoravelmente esta resolução e o PCP condena “...esta grave e abjeta resolução, que constitui mais uma deplorável peça na estratégia de revisionismo histórico promovida pela União Europeia”. Pessoalmente tive a oportunidade de viajar para os países de leste antes de novembro de 1989. Visitei a Jugoslávia, a Bulgária e a Hungria. Pude presenciar a afabilidade desses povos mesclada com a estranheza de verem portugueses nos seus países, alguns aventuravam-se a connosco tentar comunicar. Tarefa difícil, pois, a língua inglesa não era acessível ao comum dos estudantes. A sacramental pergunta sobre se tínhamos Coca-Cola ou



jeans que pudéssemos oferecer era transversal ao funcionário da alfândega e ao estudante. Recordo aqui uma estudante da RDA que falava inglês e que conheci na Hungria em agosto de 1989. Ela dizia-me que o governo decidia quem e quantos alunos estudariam inglês, quem e quantos estudariam para serem enfermeiros, professores, médicos etc. etc. sem que os alunos pudessem decidir sobre o seu percurso académico. Sobre o parlamento do RDA dizia que era um “charco” pejado de abjetos e gordos crocodilos que escudados na STASI e submissos a Moscovo trituravam e aniquilavam a vontade do povo. Não esqueci jamais estas palavras que refletiam o sentimento de inquietação, de ansiedade e de impotência visível nos olhos de uma jovem que não via oportunidade de experimentar a liberdade. É isto que os regimes totalitários/autoritários tentam; o extinguir do espírito de liberdade de cada um. Nesses regimes, a necessidade do Estado tem prioridade sobre os cidadãos e depois de instalados não há mecanismos para fazer oposição ou para remover os seus líderes. Em novembro de 1975 a 25 desse mês, teve Portugal a sorte de ter um grupo de militares que, atentos às tentativas da implantação dum regime comunista confederados na Frente de Unidade Revolucionária, conseguiu impedir tal intento, contudo, ainda hoje no preâmbulo da Constituição Portuguesa revisto em 2005 está manifesta essa instrução de se”... abrir caminho para uma sociedade socialista”. Aproveito, pois, a oportunidade para desta Assembleia, democraticamente eleita, relembrar esses heróis de novembro de 75 e da sua luta pela liberdade de cada um dos presentes.” -----

Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, sendo esta a primeira sessão da Assembleia Municipal após as Eleições Legislativas, disse ser oportuno deixar uma palavra sobre a forma como as mesmas decorreram e, também, manifestar o seu respeito perante os resultados.

Saudou os vencedores e os vencidos, referindo que em democracia todos são importantes, sendo isto que nos distingue dos regimes totalitários. Acrescentou que cada um dos partidos, quer sejam dos vencedores, quer sejam dos vencidos, tem o papel de garantir, de facto, que a igualdade de oportunidades existe e que, no regime democrático, está acima de tudo. Evidenciou, depois, a forte presença de deputados do Concelho de Guimarães na Assembleia da República, dizendo ser a prova do dinamismo de todos os partidos locais e da forma como são vistos pelas suas direções nacionais. Prosseguiu, abordando dois temas que considerou fundamentais: O primeiro sobre as descargas no rio Ave e nos seus afluentes, referindo que todos deviam fazer um esforço para, de forma mais consolidada, resolver definitivamente este flagelo, aproveitando para perguntar à Câmara Municipal como estavam a decorrer as reuniões e se existiam conclusões sobre a matéria; O segundo tema tinha a ver com a Sala de Hemodinâmica do Hospital Senhora da Oliveira, equipamento que foi adquirido há mais de um ano num movimento de solidariedade fantástico da Liga dos Amigos da Unidade de Cardiologia do Hospital, mas que até esta data estava parado, o que classificou como um insulto à solidariedade dos vimaranenses que se uniram em torno de um objetivo, substituindo-se ao Estado que nunca mais adquiriria esse equipamento que é necessário para que os doentes coronários não tenham de sair de Guimarães para fazer os tratamentos. Acrescentou que se trata de uma Unidade de Cardiologia de referência e que, por isso, não entendia o atraso da entrada em funcionamento deste Laboratório de Hemodinâmica. Concluiu, desafiando toda a Assembleia a se unir, firmemente, para mostrar a quem tem de decidir estas matérias que não se pode esperar mais tempo. -----

Elsa Cristina Silva Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, começou por realçar que o Ambiente tem sido um tema central em Guimarães desde



dois mil e treze, altura em que Domingos Bragança apontou como objetivo tornar Guimarães um concelho verde. Realçou, ainda, que desde essa altura que temos assistido a um trilhar de um caminho que tem transformado o nosso território. Recordou que esta bandeira ambiental foi assumida por todos os vimaranenses sem exceção, dos mais novos aos mais velhos, do centro da cidade às freguesias, envolvendo escolas, associações, instituições, juntas de freguesia e partidos políticos. Considerou haver ainda muito a fazer, principalmente melhorar a rede transportes públicos do concelho, garantir a despoluição dos nossos rios, tornar mais eficiente a recolha e o tratamento do lixo, tornar a nossa indústria mais sustentável, preservar os espaços verdes e, sobretudo, continuar a transformar e a mudar as mentalidades. Referiu, depois, que apesar de estarem cientes do caminho que falta percorrer, também são capazes de reconhecer o caminho que já foi feito, que foi reconhecido a nível nacional com a eleição de Guimarães como o Município mais sustentável do país no âmbito do programa Eco21, pela terceira vez consecutiva, aproveitando para esclarecer que o Eco21 é um programa de educação para a sustentabilidade, implementada em Portugal desde dois mil e cinco, composto por vinte e um indicadores de sustentabilidade local, no sentido de avaliar a prestação dos municípios e reconhecer como Eco-municípios os que demonstrarem a implementação de boas práticas ambientais, políticas e de ação em torno de alguns temas considerados chave, como educação ambiental, sociedade civil, instituições, conservação da natureza, ar, água, energia, resíduos, mobilidade, ruído, agricultura, turismo e ordenação do território. Explicou, também, que as metas estabelecidas são revistas anualmente e baseiam-se, de uma forma geral, na legislação nacional e comunitária, ou na existência de convenções e protocolos internacionais, objeto de ratificação pela Estado Português.

Anunciou, ainda neste âmbito, que Guimarães obteve um índice de pontuação superior a 80%, ficando no topo das cidades concorrentes ao galardão Eco21 de dois mil e dezanove, seguindo-se Lisboa, Águeda, Pombal, Torres Vedras e Loures, o que comprova que Guimarães posiciona na linha da frente as questões ambientais. Depois, falou sobre alguns dos eventos que se realizaram no nosso concelho, evidenciando, principalmente, a Sétima Conferência do Diálogo de Alto Nível da Plataforma China-Europa para a Água, que decorreu entre os dias seis e nove de novembro do corrente ano, com o objetivo fomentar a cooperação entre os Estados Membros da União Europeia e a China no domínio dos recursos hídricos. Abordou, ainda sobre o caminho a percorrer, a inauguração da primeira fase de intervenção na praia seca, Caldas das Taipas, local com forte componente emocional identitária para todos os Taipenses. Finalizou, referindo que o ambiente é uma causa de todos e que o caminho deve ser percorrido, em conjunto, em benefício de Guimarães e de todos os vimaranenses. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, anunciou que iria falar sobre duas das preocupações do Bloco de Esquerda, a respeito da escola pública e das questões laborais. Referiu, então, que se tem vindo a assistir a inúmeras manifestações de trabalhadores não docentes que, um pouco por todo o país, fazem protestos e greves reivindicando mais funcionários e melhores condições de trabalho. Acrescentou não ser uma preocupação nova, até porque já havia sido abordada aquando do anterior debate do Orçamento de Estado, onde foi prometida a contratação de mais mil e quinhentos funcionários, a que tem vindo a ser adiada. Anunciou, também, que o Bloco de Esquerda requereu a todas as escolas do Distrito de Braga para que indicassem o número de funcionários em falta para se conhecer a realidade. Apelou, por fim, à resolução urgente desta situação de modo a que o acesso à escola pública,



com qualidade, fosse garantido a todas as crianças e jovens. Quanto às questões salariais, nomeadamente do aumento dos salários médios no setor privado, referiu que, para o Bloco de Esquerda, as questões salariais no privado resolver-se-iam de duas formas: com o aumento do salário mínimo, que é dos mais baixos da União Europeia, e com a alteração à legislação laboral. Referiu, depois, que os salários médios estão estagnados e que era necessário valorizá-los, mas que isso só acontecia com alterações legislativas, pois o Orçamento de Estado não determina os salários do setor privado. Acrescentou que, apesar das entidades patronais argumentarem com a produtividade, estava provado que o problema da produtividade em Portugal não tem a ver com os trabalhadores, mas sim com a desregulação e a má gestão do trabalho, trabalhando-se horas a mais fazendo com que o trabalho fosse pouco produtivo. Finalizou, evidenciando a necessidade de ser alterada a legislação laboral e informando que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República três projetos de lei sobre a área do trabalho, cujo objetivo passa por adotar as trinta e cinco horas semanais no setor privado, valorizar a contratação coletiva e melhorar as condições dos que exercem funções noturnas ou por turnos. -----

Rui Miguel Ribeiro Correia, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, começou por recordar que, como grande parte dos vimaranenses, desde a sua entrada na escola secundária que foi Nicolino. Disse que um verdadeiro Nicolino deve estar atento a tudo o que engloba as Festas Nicolinas e, porque estava na altura de afinar as caixas e os bombos, era oportuno levantar uma série de questões ao Executivo Municipal. Recordou, assim, que, em vinte e dois de novembro de dois mil e dezoito, a Assembleia Municipal aprovou uma moção do CDS-PP para que fosse comunicada à Direção de Programas da TVI, assim como à Produtora da Novela Valor da Vida, a desaprovação da

Assembleia pela forma como foram exibidas e mostradas as tradicionais e seculares Festas Nicolinas no genérico da referida novela, perguntando ao Presidente da Câmara qual a resposta que obteve do aludido canal televisivo e da produtora da novela. Ainda neste âmbito, lembrou, também, que em dois mil e onze foi contratado um estudo, cujo custo ascendeu de cinquenta mil euros, liderado pelo Antropólogo Jean-Yves Durand, para ser apresentada uma candidatura das Festas Nicolinas a Património Cultural Imaterial da UNESCO. Dada a importância deste tema, perguntou qual o ponto de situação desta candidatura, uma vez que até hoje nada se sabe. --- Paulo Rui Lopes Pereira da Silva solicitou esclarecimentos, aos quais Rui Miguel Ribeiro Correia respondeu. -----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: *“Hoje vou falar de memórias. Conheci na minha infância um vimaranense que deixou de lecionar francês lá prás bandas de Coimbra e regressou a Guimarães para se dedicar ao negócio de família até à sua morte ocorrida há uns anos. Seu nome era Joaquim António da Cunha Machado. Este vimaranense era tão ilustre que lhe foi entregue a chave da cidade, tendo-a conservado e honrado até à sua morte. O ofício a que se dedicava era à cera. Quem se não lembra do cereiro e da loja Porta da Vila à entrada do burgo? Foi esta loja um símbolo desta cidade durante décadas até ao seu encerro. A loja era bonitíssima e espelhava uma época e um modo de exercer o comércio. Dentro da loja existia uma fábrica com muitas geringonças interessantíssimas e belíssimas para trabalhar a cera. A fábrica e loja desapareceram mas, tanto quanto sei, parte do seu acervo, foi há muitos anos entregue pela família ao Município de Guimarães para lhe dar o melhor destino e perpetuar a memória. Desconhecemos o que fez o Município a tão importante e interessante acervo cereiro e, por isso,*



solicitamos que a Câmara esclareça se e onde se encontra e que destino tem previsto para o mesmo. As memórias criam-se não só com imaterialidades mas também com realidades. Guimarães aproveitou a CEC para criar a Casa da Memória que retrata as históricas memórias do burgo, tendo, por isso, uma casa que pode complementar com memórias físicas e assim enriquecer o património coletivo dos vimaranenses. As memórias palpáveis e mais recentes enriquecem a memória de uma comunidade. Faça-se jus a tão importante figura vimaranense e ao ofício de cereiro que tão honradamente exerceu. Por causa disto hoje deu-me vontade de voltar à Casa da Memória e lá fui. Quando saí, trouxe convicção renovada de que cabiam tão bem naquela casa as ferramentas da memória do cereiro de Guimarães. No regresso pensei, vou dar um pulinho à Plataforma das Artes e da Criatividade e revisita-la mas depois infleti e pensei, porque vou incomodar-me com um equipamento que foi pensado para ser estratégico para a CEC 2012, onde a criatividade e o espanto eram o propósito e volvidos sete anos não representa nada ou quase nada para Guimarães? Fora a beleza do edifício e as coleções de José Guimarães, não a sua obra, pouco ou nada estimula ao seu usufruto. Não há diretor. Não há uma ideia firme e consistente quanto ao seu conteúdo ou rumo diferencial. Nem a designação de um concelho consultivo conseguiu traçar um rumo, que diabo, Senhor Presidente da Câmara corremos o risco de um dia a Plataforma das Artes ir parar à Casa da Memória com a notação de o Elefante Branco que nunca descobriu a sua essência e propósito? Senhor Presidente da Câmara diga-nos algo verdadeiro e bom sobre a Plataforma. Se for o discurso redondo e vazio do costume, dispens-o expressamente.” -----

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, prescindiu do uso da palavra. -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, a respeito da documentação, ainda em falta, que o Partido Social Democrata havia solicitado sobre o Cybercentro, informou que o pedido havia sido remetido para a respetiva Associação e que iria averiguar o que se passou para não terem obtido resposta. Relativamente à intervenção de Mariana Silva, informou que os benefícios fiscais municipais atribuídos ao Grupo Kyaia não eram conflituantes com as reivindicações dos trabalhadores, assim como, a Câmara Municipal não tinha que introduzir elementos de fiscalização e de controlo na empresa e nas relações de trabalho. Disse ter respeito pela luta dos trabalhadores e pelo esforço e trabalho do proprietário da Kyaia, esperando que tudo se resolvesse por bem. Sobre o tema da despoluição das linhas de água, anunciou já ter reunido com as Águas do Norte, com as entidades que operam nos recursos hídricos e com o Ministro do Ambiente, informando que, atualmente, existe uma equipa de trabalho, constituída por elementos das Águas do Norte, Vimágua e Câmara Municipal que está a fazer um trabalho no terreno no sentido de saber exatamente o que é preciso fazer e qual o investimento que é necessário na monitorização dos coletores, na conservação, na questão das águas pluviais em não serem introduzidas nas águas residuais e, a ser necessário, implementar novos coletores, nomeadamente em alta das Águas do Norte. Informou, também, que, na passada semana, aquando da Cimeira Europa/China para a água, o Ministro do Ambiente, em declarações públicas, disse, exatamente, que as Águas do Norte têm que investir na Bacia do Ave e que é imprescindível, colocar coletores na rede. Quanto ao Centro de Hemodinâmica do Hospital, reconheceu que temos uma Unidade de Cardiologia de referência e informou que tem estado em contacto com o Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, com o Presidente do Conselho de



Administração do Hospital Senhora da Oliveira e com a Ministra do Ambiente, dizendo estar confiante que esta Unidade de Hemodinâmica vai entrar em funcionamento. Prosseguindo, disse estarem atentos à questão da carência de funcionários nas escolas e que têm estado em permanente contacto com o Ministério da Educação no sentido de suprir essa falta para não colocar em causa a qualidade do ensino em Guimarães. A respeito da novela que foi gravada no nosso concelho, informou ter recebido presencialmente o Vice-presidente da TVI que lhe transmitiu ter ficado surpreendido, pois tudo o que foi feito pela equipa da TVI teve como finalidade a promoção de Guimarães e as Festas Nicolinas. Quanto ao Estudo Antropológico do Durand, sobre o qual haviam assumido a sua publicação, informou estar o concurso na sua fase final e que, muito em breve, seria impresso e divulgado. Participou que todo o acervo da loja do cereiro foi entregue à Casa da Memória, que o irá trabalhar para o poder expor. Por último, reiterou que a Plataforma das Artes e da Criatividade nunca seria um “elefante branco”, mas exigiria muito trabalho, inteligência e capacidade. --- Mariana da Conceição Pereira da Silva e Ana Paula Cardoso Lemos Damião pediram esclarecimentos, aos quais o Presidente da Câmara respondeu. ----

-----**PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

Não ocorreu qualquer intervenção. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Suspensão temporária do mandato: A Assembleia, em face do pedido apresentado, deliberou, por unanimidade, aceitar a suspensão do Mandato do membro Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, por sessenta dias. -----

-----**INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO**-----

1 - INFORMAÇÃO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----

Submete-se, para conhecimento, a informação do Auditor Externo relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezanove sobre a situação económica e financeira do Município de Guimarães, nos termos da alínea d), do nº 2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, da qual foi tomado conhecimento em reunião do Executivo Municipal, em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

ASSEMBLEIA -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA Nº7 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 2019. -----

Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2, do artigo 57º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove. -----

Foi dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, Isabel Sofia de Lemos Moreira Leite, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Mário Augusto Araújo Ribeiro, Paula Cristiana da Silva Ribeiro, Paulo Miguel Lima Peixoto, Célia Maria Abreu Magalhães, Miguel Ângelo Leite Vieira, António Fernando Meireles Lopes, Sérgio Manuel Antunes Freitas da Silva, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Carlos Artur Faria Ribeiro Coimbra, Alcino José de Sousa,



Ana Alice Castro Martins, Serafim Lopes Fernandes, Luís António Costa Silva Durães e Bartolomeu Marques da Silva. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS/IMPOSTOS -----

3 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2020 PPI - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2020. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - MAPA DE PESSOAL 2020 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS. Submete-se

à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Grandes Opções do Plano e Orçamento 2020 PPI - Plano de Atividades - Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o Ano de 2020. Regulamento de Execução Orçamental - Mapa de Pessoal 2020 - Orçamentos das Entidades Participadas”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **4 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2019.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no nº 14 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-lei nº 287/2003, de 12 de novembro, a proposta designada por “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano de 2019”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **5 - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2019 (A COBRAR EM 2020).**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no nº 1 e 12 do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a proposta designada por “Derrama sobre a Coleta de 2019 (a cobrar em 2020)”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e

dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **6 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2020.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme o disposto no nº 1 do artigo 26º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a proposta designada por “Participação Variável no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Ano de 2020”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

Mariana da Conceição Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção sobre as grandes opções do Plano de Atividades para dois mil e vinte, lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: *“No plano de Investimentos e Atividades do Município de Guimarães para 2020 procuramos “grandes rasgos” sobre a sustentabilidade ambiental, mas o que nos oferecem estas pouco mais de 20 páginas é mais do mesmo. Relativamente à questão Ambiental, continuamos a assistir às boas intenções da Câmara Municipal de Guimarães, contudo o que verificamos é uma espécie de fogo fátuo materializado em mais desejos do que realidades. Nem uma palavra sobre o bem-estar animal, senhor presidente, para um município que levanta a bandeira da ecologia por dá cá aquela palha este é um erro de palmatória e até previsível, infelizmente. Quanto ao Rio Ave e apesar do que é dito sobre este o e seus afluentes, continuam a ser frequentes as descargas poluidoras, algumas delas de origem mais do que identificada, que representam desmentidos óbvios, mas que não acompanham as campanhas cada vez mais frequentes de planos de despoluição dos rios. Ainda quanto à área Ambiental a CDU recomenda à Câmara que insista junto da Vimágua e da Águas do Norte para que procedam à fiscalização das ligações das empresas industriais à rede de*



saneamento, porque basta um olhar mais atento para se comprovar focos poluidores, descargas de ramais nas ribeiras e riachos, factos reveladores de abusos que têm de ser devidamente identificados, julgados e sancionados. Impõe-se um combate firme e uma vigilância permanente aos prevaricadores, alguns deles com histórico, que com a sua atitude condenável põem em causa o esforço que os vimaranenses estão a realizar. Quanto aos transportes públicos enquanto resposta às necessidades das populações, mas também solução para a descarbonização, pela retirada de automóveis das nossas estradas, são dedicadas umas poucas palavras sobre a plataforma intermodal no Monte Cavalinho. Continuamos a leitura e lá está o transporte público como fator de coesão territorial, mas, senhor presidente, transporte público coletivo é que não vi e, parecendo que não, faz uma grande diferença. E já agora, gostaria de perceber o que quer dizer com a possível solução de criar uma pequena empresa municipal capaz de gerir uma pequena frota que possa atender às freguesias que não sejam servidas de transporte? Já alguns devem estar a afiar o dente a pensar, agora é a minha vez... É que tendo já sido lançado o concurso público internacional para o serviço de transporte, não se entende o que será esta empresa que irá gerir um serviço de transporte mais doméstico ou caseiro? E como já fizemos questão de afirmar, parece-nos que continuar a afirmar que as freguesias com menos densidade populacional não serão abrangidas por transporte público mas talvez se pense numa solução mais caseira é pensar apenas na sua desertificação e não no seu real desenvolvimento. Daí que os investimentos para fora da sede do concelho, dando continuidade mais uma vez a uma linha política do passado, não respondam aos problemas nem correspondam às reivindicações das populações. A reestruturação dos centros cívicos de pouco serve se nestas freguesias ou vilas se insiste em

fechar escolas, serviços públicos e não há transporte. Por fim, Senhor Presidente da Câmara, não queremos deixar de saudar a sua evidente capacidade de gestão. A investir a este ritmo, as obras vão estar em condições de cortar a fita mesmo a tempo das próximas eleições autárquicas, isto enquanto o fosso entre a sede do concelho e as vilas continuam a afetar a sua propalada e desejada coesão territorial.” -----

César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, começou por referir que em qualquer Plano e Orçamento dever-se-ia poder ver, analisar, perceber e perspetivar aquela que é a visão que o Município tem para esse ano em concreto, mas, também, aquela que é a visão estrutural para o Município, que um determinado executivo em concreto possa ter. Relativamente ao Plano e Orçamento em análise, disse ter verificado que cada vez mais a visão municipalizante resulta da atividade municipal, ou seja, diz-se que o Município está de boa saúde financeira, mas não se restitui aos cidadãos aquilo que, eventualmente, resulta dessa boa situação financeira, o que considerou ser um paradoxo, porque se com boa saúde financeira os impostos municipais estão como estão, impunha-se perguntar como seria se estivesse em má saúde financeira. Esclareceu, ainda neste âmbito, que como as pessoas têm menos recursos, ficam cada vez mais dependentes do Município, e, como tal, mais conformadas, mais submissas e com cada vez menos iniciativas ficam com mais atividade tendo, em substituição, o Município de a executar, sendo que, para a executar, justifica-se, e torna-se inevitável, manter os impostos a níveis que não se justificariam, assim houvesse uma boa saúde financeira, e, em espiral, se alimenta o “monstro” e justifica-se a sua dimensão, porque o “monstro” precisa de amigos e os amigos precisam do “monstro”, levando à construção de uma sociedade civil cada vez mais dependente, ou inteiramente dependente, que urge libertar. Continuando, disse que o Orçamento revela,



também, a falta de aposta em políticas de desenvolvimento económico e social, o que não está bem, e falta de política de solos, que é essencial para se poder atingir patamares ao nível de desenvolvimento, que honrem o concelho e que vão de encontro àquilo que são as necessidades dos munícipes. Por fim, disse achar que o Município, em termos práticos, vai dedicar-se, particularmente, à requalificação de determinados eixos rodoviários, fazer algum investimento ao nível das freguesias, mas continuando a afastar-se da política que têm defendido, dar-lhes independência e sustentabilidade financeira. Por todas as razões apontadas, comunicou que se iriam abster na votação, tal como o fizeram em sede de Câmara Municipal. -----

Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares pediu esclarecimentos, aos quais César Nuno da Costa Teixeira respondeu. -----

Augusto Rafael Capela Duarte, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, disse ser com manifesto agrado que a bancada do Partido Socialista constata que a educação e a cultura continuarão a ser os temas prioritários da Câmara Municipal de Guimarães para o próximo ano. Realçou que todos sabiam a importância destes dois temas para o futuro, mas não deixava de ser positivo verem-nos manifestados nas grandes opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte. De seguida, enumerou alguns dos investimentos que mereciam destaque, nomeadamente, a construção do novo Centro Escolar de Moreira de Cónegos, a requalificação da Escola Básica de Casais, em Brito, a requalificação da escola EB1 e Jardim de Infância de Fafião, em Briteiros Santo Estêvão e a construção do novo Pavilhão Gimnodesportivo na EB2,3 João de Meira. Mas porque nem só de equipamento se faz um ensino de qualidade, referiu que Guimarães vai continuar a investir no reforço dos seus projetos educativos de âmbito social, cultural e ambiental e na oferta

de programas de atividades de enriquecimento curricular, pensados e adequados à realidade dos nossos tempos e do nosso território. Realçou, neste âmbito, alguns dos projetos previstos para a investigação e ensino superior, como a requalificação do edifício Jordão e Garagem Avenida para instalação da Escola de Música e Escola de Artes Performativas e Visuais da Universidade do Minho e a adaptação da antiga fábrica Freitas e Fernandes para a instalação do Instituto da Universidade das Nações Unidas, projetos que irão permitir que a zona de Couros se afirme, também, como um pólo de inovação e criatividade, não só de Guimarães, mas de toda a região Norte e do país. Destacou a Escola Hotel do IPCA que será instalada na antiga quinta do Costeado, Cruz de Pedra, e, ainda, o projeto da instalação de uma nova residência universitária nas antigas escolas de Santa Luzia. Referenciou, de seguida, que os investimentos feitos na Educação representam um esforço financeiro de dezoito milhões de euros, o que demonstra o objetivo do Executivo Municipal em reforçar as condições existentes para o desenvolvimento e criação de arte e conhecimento e para que as nossas crianças e jovens tenham melhores condições e um ensino de qualidade. Referenciou, também, que o Plano e Orçamento apresentado demonstra que em dois mil e vinte Guimarães continuará a ser uma referência cultural do país. Salientou, também, a continuidade do programa de coesão cultural “Excentricidade”, do programa de Arte Urbana, da Feira Afonsina e da programação cultural de verão, onde se inserem os festivais urbanos, referindo a importância da cooperativa municipal A Oficina como pedra angular deste projeto. Prosseguiu, destacando a continuação da ecovia, que em dois mil e vinte terá uma expansão até Pevidém, e a Plataforma Intermodal, a construir junto à estação dos Caminhos-de-ferro. Destacou, ainda, os projetos da Vila Desportiva de Ponte, do novo Centro Comunitário de Serzedelo, da nova piscina do Parque da Cidade e a continuidade dos



eventos de carácter desportivo, como a Gala do Desporto e a Meia Maratona de Guimarães. Finalizou a sua intervenção dizendo que a Educação, a Cultura, o Ambiente e o Desporto são dimensões da nossa sociedade que têm uma importância acrescida para os nossos jovens e para o futuro de Guimarães. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, referiu que poderia, nesta sua intervenção, fazer uma réplica da opinião manifestada pelo Bloco de Esquerda no ano passado relativamente às promessas, feitas em campanha eleitoral, que este Executivo tarda em cumprir, particularmente, a Torre da Alfândega, o desnivelamento do nó de Silvares, a requalificação do Centro Cívico das Taipas, entre outras obras anunciadas mais do que uma vez, mas que não se deslumbra a sua concretização. Mencionou que valorizam os objetivos traçados para a sustentabilidade ambiental e a coesão territorial, porque a proteção dos recursos naturais e o combate às alterações climáticas são desígnios que têm que ser assumidos para proteger o Planeta e a nossa sobrevivência, mas que discordam do caminho que está a ser trilhado, recordando a necessidade do aumento dos espaços verdes e da preservação dos recursos naturais existentes. Considerou insuficiente o valor de quinhentos e quarenta e nove mil euros para a sensibilização da população, considerando que devia existir, paralelamente, uma estratégia mais ambiciosa de reparação das margens dos cursos de água. Perguntou ao Presidente da Câmara se podia garantir que no final do ano todo o território concelhio estaria ligado à rede pública de água e saneamento, de que forma é que estava a ser concretizado o projeto de recolha de resíduos orgânicos, quantos contentores iriam distribuir, para quando e qual iria ser a aplicação do resultado da compostagem. Sobre mobilidade e transportes, lamentou

estarem apenas contempladas propostas para vias de comunicação, sem desenvolver questões relacionadas com os transportes públicos. Prosseguiu, mencionando, sobre a apresentação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, desconhecer qualquer plano ou calendarização para a execução das recomendações presentes nesse relatório. Reiterou que os transportes urbanos deveriam estar sob a alçada do Município para que fosse possível termos um serviço público de qualidade, considerando que o alargamento da rede e o aumento da frequência deveria ser acompanhado por incentivos à utilização do transporte público através da redução do preço dos passes. Referiu, de seguida, que outra das preocupações do Bloco de Esquerda, que não se revolverá com este orçamento, tem a ver com a questão da habitação, onde continua a existir um défice elevado na oferta a preços justos, só se resolvendo com uma oferta pública de habitação a preços controlados. Prosseguindo, disse querer saber se era garantida a abertura, até setembro de dois mil e vinte, de novas residências universitárias. Disse, também, que gostaria de ver contemplado neste plano e orçamento um plano para a eficiência energética nos edifícios habitacionais, de forma a garantir melhores condições para suportar o aquecimento durante os invernos rigorosos. Relativamente ao investimento na educação, que disse valorizar, perguntou qual a solução para a Escola Básica de Santa Luzia, cuja intervenção é urgente dada a presença de amianto. Antes de concluir, recordou que o Bloco de Esquerda não concorda com o modelo de transferência de recursos e responsabilidades para empresas municipais. Por fim, anunciou que, por considerar que as soluções apresentadas não resolverão os problemas existenciais do Município, o Bloco de Esquerda vota contra este Plano e Orçamento. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção a respeito do Plano de Atividades e Orçamento, lendo, em



voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: *“Analisamos neste ponto da ordem de trabalhos, as grandes opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte. A primeira nota que ressalta desde logo, é o aumento do orçamento em pouco mais de onze milhões de euros, correspondente a um crescimento de 10,44% relativamente ao orçamento para o presente ano. E sem querer entrar em grandes detalhes técnicos, há, no entanto, quatro fatores que eu quero assinalar: As receitas correntes crescem 2,95%; As receitas de capital crescem 36,23%; Por outro lado: As despesas correntes crescem 8,16%; e as despesas de capital crescem 14%. À margem da apresentação do plano e orçamento, o Senhor Presidente do Executivo referiu e, passo a citar “O desenvolvimento social e cultural é muito importante, não é só o económico que conta. O plano de orçamento promove a sustentabilidade financeira, é coerente, e procura a qualidade de vida dos vimeiraneses”. Não poderíamos estar mais de acordo, com esta premissa. Mas então, Senhor Presidente? Com um orçamento destes, com a evolução que atrás assinalei e, entendendo V. Exa. que não é só a parte económica que conta e que é importante a qualidade de vida dos vimeiraneses? Para quando é que a maioria socialista vai reduzir a Taxa do IMI, que é um imposto que onera todos os vimeiraneses transversalmente e que lhes proporcionaria qualidade de vida de forma direta? Percorrendo o documento de forma sintética, verificamos uma preocupação que, registamos de forma muito positiva, com a coesão territorial, evidenciando e assumindo, a assimetria territorial, nomeadamente, ao nível da mobilidade, que maior parte das vezes tentam encobrir. Contudo, analisando analiticamente este capítulo, ficamos com algumas preocupações. Vejamos por exemplo, a requalificação da estrada de Fermentões para Penselo, que quando entronca na estrada de S. Torcato, continua a ser intervencionada*

em direção a Atães. Note-se que estamos de acordo, com a intervenção para Atães, o que não compreendemos, é como é que num investimento desta ordem de grandeza, não se aproveita para chegar a uma das grandes Vilas do Concelho, que é S. Torcato, concretizando o pensamento base, da coesão territorial e criando condições para aproximar a periferia do concelho ao seu centro. Aliás, o documento refere expressamente que “Uma verdadeira coesão só é possível, resolvidas as questões da mobilidade na totalidade do concelho.” Estamos perfeitamente de acordo e por isso não compreendemos algumas ações relativamente às orientações plasmadas. Também uma palavra para a interação com as freguesias. O executivo reconhece a importância da proximidade e a maior facilidade na manutenção e valorização do património por parte das freguesias. Contudo, neste orçamento, não contempla grande verba para as freguesias para além daquela que é atribuída diretamente pelo orçamento geral do estado. Para além disso, continua a monopolizar a decisão nas intervenções a efetuar nas freguesias, contrariando de forma inequívoca, o que é referido na introdução do documento, nomeadamente na página seis, de querer corrigir as assimetrias verificadas no território. Verifica-se que se mantém-se a política da mão estendida, a praticar por parte dos autarcas das freguesias, sujeita à subjetividade e discricionariedade do executivo. Para quando, um plano e orçamento, cujo a fundamentação, esteja acompanhada efetivamente de ações concretas?” -----

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez uma intervenção relativa ao Plano e Orçamento, lendo, em voz alta, texto cujo teor a seguir se transcreve: *“Somos hoje chamados a esta casa a analisar e votar o Plano e Orçamento Municipal do ano de dois mil e vinte. Fazemo-lo no contexto da passagem de dois anos de mandato e por isso, sensivelmente a meio da responsabilidade acometida ao Executivo e aos*



membros desta Assembleia. Na última sessão da Assembleia Municipal, tive oportunidade de fazer um balanço sobre o que passou. A conclusão é clara: Um mandato de cumprimento do programa eleitoral e trinta compromissos assumidos com os vimaranenses cumpridos, ou em vias de cumprimento. Cumprir, cumprir, cumprir. Hoje a discussão é sobre o futuro próximo. Sobre a metade que falta do mandato popular. E da leitura dos documentos é possível tirar uma ideia clara e três eixos fundamentais da sua concretização. A ideia clara é que a bitola estabelecida no último mandato, da confiabilidade do Presidente e do seu executivo, e da palavra dada como palavra honrada são pedra de toque dos eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Guimarães. Os três eixos fundamentais desta concretização estão também, claramente estabelecidos: A Sustentabilidade Ambiental, enquanto elemento transversal do pensamento político deste executivo, a Coesão Territorial como princípio fundamental da decisão dos investimentos e atividades e a Capacitação dos Cidadãos para os desafios do Séc. XXI através dos instrumentos como a educação, cultura, desporto, ação social, património ou a forte relação com o Ensino Superior. São 116,5 M de um território ambientalmente mais sustentável, territorial e socialmente mais coeso e com cidadãos com qualidade de vida, mais capazes e mais tolerantes. O Eixo da Sustentabilidade é extenso e não se circunscreve ao Ambiente ou à atividade de qualquer área do Município. É transversal e está presente como pano de fundo do pensamento de qualquer projeto ou atividade do executivo. Assenta, naturalmente, na ação da Estrutura de Missão para o Desenvolvimento Sustentável – Guimarães 2030, ou nas nossas Brigadas Verdes, com o desiderato da constituição da Associação das Brigadas Verdes. Mas está presente na Educação quando projetos como o PEGADAS levam a Sustentabilidade Ambiental para o domínio da

sensibilização das nossas crianças. Está presente no projeto “O Ave Para Todos” ou em outras ações do Laboratório da Paisagem, na Investigação, Desenvolvimento e Comunicação ou na Sensibilização Ambiental, naturalmente. Mas é também de Sustentabilidade que falamos quando se dinamiza a Incubadora de Base Rural ou se vertem estas preocupações em todos os projetos de reconversão urbana. Falamos de Sustentabilidade quando se prevê a extensão da Ecovia até Pevidém, três milhões de euros para a Eficiência Energética de edifícios sociais ou a implementação de três novas Zonas. Mas é também de Sustentabilidade que falamos quando se trata de uma Plataforma Intermodal no Monte Cavalinho, em investimento na Central de Camionagem ou no processo em curso do novo contrato de concessão de transportes urbanos. A Coesão Territorial está, como dizia, sempre presente nas decisões de investimento e atividades do Município, enquanto pedra basilar do desenvolvimento do Concelho de Guimarães como um todo. No investimento é naturalmente mais visível, mas é também em projetos como o Excentricidade, o Plano de Ação para a Habitação ou o apoio às Entidades do território como as IPSS, Associações Culturais e Desportivas, que se potencia o que de melhor o território tem nas suas dinâmicas. No investimento, o Executivo olha com a mesma atenção e qualidade dos projetos para todo o território, seja ele no centro da cidade, numa Vila ou numa freguesia de cariz mais rural. É assim no novo Centro Cívico das Taipas, inscrito neste orçamento, ou na Rua Padre António Caldas e costas do Centro Villa. É assim nos 13,9 Milhões em Rede viária urbana e rural, onde se incluem importantes transformações por todo o concelho. Da Rua da Caldeiroa e D. João I à Rua 24 junho de Aldão a Atães. Da ponte sobre Rio Selho à Estrada da Rua de S. Torcato. Da ligação de Rebotto a Mouril ao Reperfilamento da Rua Engenheiro Duarte Amaral e EM Brito – Leitões. É também assim nos 255 mil euros inscritos para Rotunda de Silvaes.



Senhores deputados sempre preocupados com o estado processual da obra: Adjudicado. Ainda na Escolas, como acabamos de ouvir são 800 mil euros para Parque Escolar e até final do mandato serão 4,4 Milhões de euros, no total. Nos Parques Industriais de Pencelo, Selho S. Lourenço, S. Torcato e Gandarela, são mais 1,7 Milhões de euros. Mas não se esgota a Coesão na ação direta, e estão ainda previstos 3 Milhões de euros para freguesias, por via dos protocolos de delegação de competências conservação e reparação, na descentralização de competências, em subsídios e Conservação de Parques de Lazer e Espaços Verdes. A Intervenção do deputado Rafael Duarte dispensa que dedique muito tempo a falar-vos do eixo da Capacitação dos Cidadãos. A parceria cada vez mais firme com a Universidade do Minho, Universidade das Nações Unidas e Instituto Politécnico do Cávado e Ave, consubstanciados em investimentos na Fábrica Freitas e Fernandes, Teatro Jordão, Garagem Avenida, Escola Hotel, Instituto de Design ou Instituto Cidade de Guimarães. A valorização coletiva do nosso património de que são novos exemplos a Torre da Alfândega, que se junta ao já inaugurado Adarve da Muralha, ou os Fornos da Cruz de Pedra, em Creixomil. Teremos cidadãos mais preparados para os desafios do Séc. XXI com os projetos Educativos da Câmara e Oficina, com a oferta cultural e de mediação cultural, ou com os vários projetos na área do desporto concretizados por Câmara e Tempo Livre. Estão ainda previstos do lado do investimento nestas áreas a Vila Desportiva de S. João de Ponte, o Centro Comunitário de Serzedelo, o Pavilhão EB 2,3 João de Meira e nova piscina do Parque da Cidade e os melhoramentos do Pavilhão Multiusos. São, como disse, 116,5 M de um território ambientalmente mais sustentável, territorial e socialmente mais coeso e com cidadãos com qualidade de vida, mais capazes e mais tolerantes. São 116,5M de concretização e de continuidade

do cumprimento do Programa Eleitoral sufragado e aprovado por larga maioria dos vimaranenses. São dois anos a cumprir e serão mais dois anos a concretizar. É cidade acrescentada à cidade e um território cada vez mais coeso territorial e socialmente. Aprovaremos hoje, por tudo isto, este Plano e Orçamento de todos, com todos. Porque não defrauda a expectativa de quem nele confiou e porque não deixa ninguém para trás independentemente de onde seja, da sua condição ou das suas preferências. Cumprir e continuar a cumprir.” -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara, no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, começou por realçar que o patamar de exigência para dois mil e vinte é muito elevado. Disse tratar-se de um Plano e Orçamento que tem em conta a sustentabilidade ambiental, a coesão territorial e a capacitação dos cidadãos, das empresas e dos vimaranenses pela dimensão cultural, pelo conhecimento, pela educação, pelo social e pelo desporto. Disse, também, que, dos cento e dezasseis milhões de euros, cerca de setenta milhões são alocados àquilo que é o fixo, como funcionamento, conservação e atendimento no dia-a-dia dos cidadãos, através da estrutura municipal e envolvente empresarial que tem como sustentação os programas que a Câmara faz com cada entidade. Disse, ainda, que neste Orçamento se manteve o nível de impostos, nomeadamente o IMI à taxa de 0,35%, em linha com todos os Concelhos do Quadrilátero Urbano. Referiu que para suportar este Plano de Atividades se contava com o apoio de Fundos Comunitários das diversas candidaturas e com a contratação de um empréstimo de doze milhões de euros. No âmbito da coesão territorial, mencionou que as vias de comunicação são fundamentais e que, por isso, foi lançado um programa de investimento ambicioso para melhoramento da rede viária do concelho. Anunciou, de seguida, que se estava a trabalhar no domínio urbanístico, essencialmente



para dar resposta à falta de habitação e para a prática de preços mais moderados, referindo o grande projeto urbanístico que pode vir a ser concretizado, mesmo sendo de promotor privado, entre a Avenida D. Afonso Henriques, a rua da Caldeiroa e a rua Colégio Militar. Continuou, referindo o esforço na área do ensino, quer nas competências diretas do Ensino Básico e Secundário, quer em cooperação institucional com a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico e a Universidade das Nações Unidas, conjugando a reabilitação urbana com o ensino superior, mencionando a requalificação do Teatro Jordão e Garagem Avenida para Escola de Música e Artes Performativas e Teatro, a segunda fase da reabilitação da antiga fábrica Freitas e Fernandes para instalação do Instituto da Universidade das Nações Unidas, a abertura do Instituto Cidade de Guimarães para a Biomedicina no AVEPARK em cooperação com a Universidade do Minho e o Instituto de Medicina Regenerativa e a conclusão do projeto para a instalação da Escola Hotel na Quinta do Costeado. Informou, seguidamente, que os Fundos Comunitários suportarão as obras do Teatro Jordão e Garagem Avenida e da fábrica Freitas e Fernandes em 85%, cabendo ao Município apenas 15%, o que permite uma alavancagem enorme para o conhecimento, a produção cultural e criar todas as condições para que a zona de Couros seja uma extensão do atual Centro Histórico, com a classificação de património cultural da humanidade pela UNESCO. Em síntese, considerou que o Plano e Orçamento promove, como nunca, a coesão territorial e o investimento nas freguesias. -----

Mariana da Conceição Pereira da Silva pediu esclarecimentos, aos quais o Presidente da Câmara respondeu. -----

Concluídas as intervenções, o Presidente submeteu as propostas à votação tendo a Assembleia **DELIBERADO** da seguinte forma: -----

APROVAR O PONTO 3, por maioria, **56 votos a favor** (20 eleitos do PS e 36 Presidentes de Junta do PS), **26 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 eleitos do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 Membro Independente) e **1 voto contra** (1 eleito do BE). -----

Armindo José Ferreira da Costa e Silva não participou na discussão e votação desta proposta por se considerar impedido. -----

APROVAR O PONTO 4, por maioria, **60 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 3 eleitos da CDU), **1 abstenção** (1 Membro Independente) e **23 votos contra** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD e 1 eleito do BE). -----

APROVAR O PONTO 5, por maioria, **60 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 3 eleitos da CDU) e **24 votos contra** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 1 eleito do BE e 1 Membro Independente). -----

APROVAR O PONTO 4, por maioria, **60 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 3 eleitos da CDU), **1 abstenção** (1 Membro Independente) e **23 votos contra** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD e 1 eleito do BE). -----

CÂMARA -----

7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de setembro a trinta e um de outubro, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

Mariana da Conceição Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção acerca da atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: *“Depois do futuro,*



convém questionar o presente. E o presente não se mostra assim muito atrativo para Guimarães infelizmente. Continuamos a ouvir falar de sustentabilidade, de exemplo de comportamentos ambientais e até de inaugurações de primeiras praias secas, em pleno outono, mas que de primeiras nada têm! Ouvimos falar do número crescente de turistas que procuram Guimarães para visitar, mas a ocupação hoteleira continua numa taxa média com números que não são tão entusiasmantes, como sabemos há já muito tempo. Mas como estava eu a dizer, o número de turistas que visita a cidade anima, diz que cresceu e que até se nota nas ruas, mas depois temos o senhor presidente a dizer que o comércio tradicional em Guimarães passa por dificuldades. Poderíamos até dizer: Bem-vindo, senhor presidente ao problema, caso não estivéssemos a falar de um assunto sério. Se não estivéssemos a falar da vida de muitas famílias que investem e investiram que trabalham diariamente para ganharem o seu sustento, muitas delas com as suas vidas ali empenhadas e vêm as suas expectativas defraudadas. Assim vai o comércio tradicional em Guimarães e não é de hoje. E parece que o primeiro passo errado que contribui para a morte lenta do comércio tradicional não foi responsabilidade de ninguém, mas não fará mal lembrar que o senhor presidente fazia parte do executivo que resolveu autorizar um shopping bem no centro da cidade. Aqui é que se iniciou o fim do comércio tradicional. Ao longo dos anos a CDU tem chamado a atenção para este problema e várias vezes nos foi referido que os problemas do comércio tradicional eram da responsabilidade dos proprietários, que o comércio tradicional estava obsoleto, que as ruas iam ser fechadas principalmente no centro histórico ou que um novo parque de estacionamento é que iria resolver. Muitos pedidos de ajuda, feitos pelos comerciantes diretamente ao senhor presidente, na rua, muitas cartas escritas sem resposta e algumas

reuniões em que supostamente se tinha em atenção as preocupações dos comerciantes terminaram nas declarações de que o comércio vimaranense “não está bem”. Pois não está bem, Senhor Presidente e não é de hoje. A câmara vai continuar a culpar os comerciantes? Senhor presidente é o comércio tradicional que faz as cidades ou as cidades é que criam condições para que o comércio tradicional se instale?” -----

Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção relativa à atividade da Câmara Municipal, lendo em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: *“O comércio não está bem” diz Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães há 6 anos e responsável executivo do Município há tantos ou mais. Infelizmente omitiu referência à estratégia que tais resultados está a conseguir. Por certo a omissão não será casual. Ao fim de tantos anos com responsabilidades diretas na condução dos nossos destinos coletivos, se o alcaide socialista o diz, assume o erro numa política não de 6 mas de muitos mais anos. Porque ao fim de 30 anos de poder absoluto, são evidentes as falhas de uma governação focada na manutenção do poder e não tanto no desenvolvimento de Guimarães e das suas gentes. “O comércio não está bem” diz Domingos Bragança sem pretender refletir com a seriedade e a profundidade que a questão merece. Porque ao contrário da forma leviana e superficial como abordou a questão, a fugir dela como o investimento foge do socialismo, seria obrigado a admitir que a falta de rumo, a estratégia que não existe ao nível do desenvolvimento económico será porventura uma das principais razões para o que vivemos, se não mesmo o principal fator de perda de competitividade. É sabido que para quem não sabe onde que chegar qualquer caminho serve. E porque o Executivo socialista absoluto que governa Guimarães há 30 anos continua numa senda reativa – como tantas e tantas vezes aqui temos referido e*



alertado – ao invés de antecipar as ameaças e transformá-las em oportunidades devidamente enquadradas com a estratégia económica que preconiza para o Município, naquilo que ao Município cabe em responsabilidade naturalmente, anda atrás do prejuízo com pensos rápidos para estancar uma hemorragia que se evidencia com uma dramática, infeliz e preocupante nitidez que só a cegueira partidária não permite perceber. “O comércio não está bem” diz Domingos Bragança, atirando com uma reunião do seu conselho consultivo para a economia. Sabe o grande economista que nos governa que à iniciativa privada cabe o essencial da dinâmica económica. Como sabe – ou devia saber – que muito se deve também às entidades públicas e aos Municípios em particular. Portanto devemos esperar um estudo, seguido de um projeto, seguido de uma apresentação pomposa para uma implementação tardia, enquanto assistimos à estagnação face ao que sucede com os nossos concelhos vizinhos, não apenas no comércio local como em vários outros sectores da nossa economia local. As responsabilidades dos Municípios em ordem a um desenvolvimento económico sustentado e sustentável, são desde logo na definição de orientações e prioridades, no apoio ao tecido empresarial, no desenho de políticas que tornem o ambiente económico amigo do investimento e da criação de riqueza, na utilização da fiscalidade como um instrumento de políticas e estratégias e não uma estratégia em si mesma de roubo da riqueza para cobrir as ineficiências de uma governação sem rumo ou um cheque em branco para más opções. “O comércio não está bem” diz Domingos Bragança. Esquecendo que a captação de investimento é cada vez mais uma missão fundamental da nova matriz de competitividade entre municípios. Esquecendo que o investimento captado gera emprego e produz riqueza. E que toda essa lógica económica se desmultiplica em determinada

*escala permitindo o florescimento de novas iniciativas empresariais **que micro ou macro** assentam na primazia da liberdade do indivíduo para arriscar e gerar lucro e o empregar como muito bem entende. Consumindo mais ou menos mas consumindo dinamizando a economia local e não só. Nem o investimento é todo igual nem as suas consequências: uma coisa são 500 engenheiros, outra são 500 operários fabris - o seu poder de compra não é idêntico logo a consequência económica é diversa. Por mais que sangrem os estigmas ideológicos com a perceção da desigualdade enquanto condição da natureza humana, o investimento também deve ser procurado com foco em determinadas características – nomeadamente a repercussão positiva na economia local. Não é o investimento pelo investimento, pelas páginas de jornais ou os posts de facebook. É o investimento como ferramenta para o desenvolvimento mas com foco nos objetivos pretendidos – o que implica estratégia na sua captação. Permitam uma verdade de La Palice: se o investimento com melhor impacto não for captado por nós há-de sê-lo por outros. É pública a assunção dos nossos governantes locais de que é difícil encontrar áreas para grandes investimentos – que existem e se instalam noutros concelhos. Pobre destino! Voltamos aos 30 anos de governo socialista que geriu mal o uso dos solos e teve um ordenamento do território que redundou nisto: a incapacidade prática de instalar indústria com escala para investir em ordem de valor que nos interessa e por isso segue para outros lados. “O comércio não está bem” diz Domingos Bragança. Rasurando a história de Guimarães enquanto motor económico do Vale do Ave e em muitas áreas exemplos para a região e o país. Um músculo produtivo articulado com um espírito de aventura que desbravou novas e importantes rotas comerciais dentro e fora de portas. Um empreendedorismo tantas vezes assente na capacidade dos nossos comerciantes que assumiram o interesse de produzir também o que vendiam com isso impactando*



fortemente a construção da nossa sociedade, as suas condições de vida e a atracção de gente de outras terras. “O comércio não está bem” diz Domingos Bragança. Mas se o diz hoje é porque o compara com quem está melhor. E assim é, segundo os últimos Censos que reflete Guimarães a perder população e concelhos vizinhos a ganharem. Como tapar os olhos à necessária procura de emprego e demais dinâmicas associadas que se prendem com as decisões fundamentais na vida das pessoas? Como negar que esse indicador, apenas esse, diz tanto e o que diz sobre o caminho que estamos a percorrer? “O comércio não está bem” diz Domingos Bragança. Mas zomba com os que nesta Assembleia, na Câmara Municipal e pelo caminho têm alertado para a importância de diversificar o tecido económico. A diversificação económica e a criação de um bom ambiente económico e de negócios é um contributo fundamental dos Municípios contemporâneos. Longe vão os tempos do socialismo travestido que dizia que não era à Câmara Municipal que competia a captação de investimento, o estímulo à economia, a geração de emprego. Só uma visão amblíope permite hoje aceitar como válida a desculpa esfarrapada dos executivos a que Domingos Bragança vice-presidiu. Hoje percebe-se que uma economia plural em sectores de atividade proporciona trocas comerciais mas também outras trocas, outras procuras que se refletem em consumos complementares e cruzados, em mais negócios. Guimarães está a ficar para trás. É tempo de mudar.” -----

Rui Miguel Ribeiro Correia, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, começou por dizer que após anos e anos a fio a tentar que a Executivo Municipal tivesse um papel interventivo na captação de investimento, parecia-lhe que o Executivo ouviu a oposição e decidiu tomar medidas para captar investimento. Recordou que inúmeras vezes na Assembleia Municipal

lhes havia sido dito que esse papel não era da Câmara Municipal mas dos privados. Porém, referiu que nada era mais nobre do que assumir os erros, considerando estar na altura deste Executivo Municipal assumir que não consegue acompanhar a captação de investimento dos nossos concelhos vizinhos. Lembrou, ainda neste âmbito, que em dois mil e sete o CDS-PP propôs a criação de um gabinete específico, para a captação de investimento, no sentido de melhorar a economia da região, de diminuir o desemprego e aumentar a riqueza do nosso concelho. Realçou que era importante desenvolver o concelho, de forma a torná-lo mais atrativo para os vimaranenses e os investidores. Concluiu a sua intervenção perguntando quais as medidas que o Executivo Municipal tem vindo a tomar para conseguir a captação de investimentos. -----

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, começou por dizer que as intervenções que o antecederam eram, de facto, reveladoras daquilo que tem sido a oposição em Guimarães. Estando em análise a atividade da Câmara Municipal do último mês e meio, disse ter esperado, em algum momento, ouvir falar sobre o prémio atribuído a Guimarães de Município mais sustentável do país, ou sobre o Guimarães Jazz ou sobre a abertura de procedimento da concessão dos transportes públicos, mas só ouviu falar que o comércio não estava bem e que havia falta de captação de investimento. Assim, passando aos argumentos que ali foram apresentados, considerou que era espectável, naturalmente, que se falasse na falta de peso do Estado e na possibilidade dos empresários fazerem o seu caminho, sem o Estado estar tão presente, mas não era previsível que o mesmo membro, logo de seguida, considerasse que para a criação de empresas e para o estímulo dessa atividade económica se contasse com a atividade municipal. Porquanto, de um lado, se quer menos impostos e menos Estado, e, logo a seguir, se quer o Município de



Guimarães a apoiar a criação de empresas. Referiu, de seguida, que isto não era surpreendente vindo do PSD, mais surpreendente, ao final deste tempo todo, era escutar uma intervenção da CDU que mostrou preocupação com trabalhadores, com o que concordam, mas que apontou, similarmente, preocupação com os comerciantes e, portanto, com os empresários, sendo uma nova realidade à esquerda do Partido Socialista, mantendo-se a realidade, de sempre, à direita. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, começou por dizer que a estratégia política para o Turismo 2019/2020 se resumia à facilitação para os operadores hoteleiros locais, ao invés de uma verdadeira estratégia de promoção de Guimarães junto de operadores nacionais e estrangeiros, com planos organizados, para visita aos nossos monumentos e para o conhecimento da história da cidade. Considerou que dinamizar o Turismo não é só informar onde comer ou dormir, pois as zonas periféricas da cidade têm, igualmente, pontos de interesse, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista monumental e natural. Referiu, de seguida, o mau estado de conservação da Igreja Românica de Serzedelo, que há já vários anos espera intervenção. Depois, condenou o Executivo Municipal pelo uso recorrente a contratos de emprego de inserção, contribuindo, desta forma, para a precariedade. Dirigiu-se ao Presidente da Câmara para perguntar se tem acompanhado os processos de encerramento das empresas do concelho e, se sim, se estava em condições de quantificar o número de encerramentos, qual a percentagem de trabalhadores envolvidos e se existe uma estratégia do Município, promotora da conversão dos trabalhadores para outras áreas, para além daquelas que estão disponibilizadas pelos organismos do Estado e que se revelam ineficazes e incapazes de contribuir para a formação e

desenvolvimento profissional adequados às alterações do mercado de trabalho. Ainda neste âmbito, referiu que a articulação direta do Município com as empresas, no sentido de canalizar os desempregados para outras áreas de atividade, poderia demonstrar uma política de preocupação social, acrescentando que os apoios sociais atribuídos, que são de extrema importância e essenciais para famílias que se encontram em situação económica deficitária grave, deveriam ter a contingência de carácter temporário. Do ponto de vista político, disse que a diferença faz-se da capacidade que a economia tem de oferecer emprego com qualidade e com salários justos, que permitam às famílias viverem com dignidade. Finalizou, pedindo esclarecimentos sobre as investigações realizadas na Câmara Municipal pela Polícia Judiciária, no âmbito da operação Éter, que investiga as instalações das lojas de turismo. -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara, no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, referiu, em primeiro lugar, que Guimarães é excepcional na indústria, no turismo e queria que fosse, igualmente, nas atividades económicas e no comércio de rua e de proximidade. Referiu, depois, que a Câmara Municipal não se pode substituir aos comerciantes e às suas capacidades para promoverem e exercerem a sua atividade profissional. Referiu, ainda, a existência de falta de capacidade hoteleira em Guimarães, anunciando haver em carteira cerca de três a quatro hotéis, dizendo esperar que pelo menos dois se concretizassem. Voltando ao comércio, referiu ser importante conhecer os motivos pelos quais até os vimaranenses não compram nas lojas de Guimarães e optam por outro comércio, fora do concelho, acrescentando que pretende ouvir os comerciantes para saber de que forma o poder público pode ajudar numa perspetiva de complementaridade, mesmo ao nível de programas do Governo, que possa ajudar a dinamizar o comércio pela via das novas



tecnologias e de marketing. Concluiu, dizendo tratar-se de um problema transversal não apenas de Guimarães, mas nacional e internacional. -----

Mariana da Conceição Pereira da Silva, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira e Rui Miguel Ribeiro Correia pediram esclarecimentos, aos quais o Presidente da Câmara respondeu. -----

REGULAMENTOS -----

8 - ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2020.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas b) e g) do nº 1, do artigo 25º, e da alínea k) do nº 1, do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro e da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a proposta designada por “Alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas – Ano de 2020”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **9 -**

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E NOVAS ZONAS A IMPLEMENTAR.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas s), k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Alteração ao Regulamento de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e Novas

Zonas a Implementar”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **10 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas s), k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Alteração ao Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **11 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas s), k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Alteração ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais e à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU:** -----

APROVAR o ponto 8, por maioria, com **60 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 3 eleitos da CDU) e **24 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente). -----

APROVAR o ponto 9, por maioria, com **61 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **23 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do



CDS-PP e 1 membro Independente). -----

APROVAR o ponto 10, por maioria, com **81 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **3 abstenções** (2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente). -----

APROVAR o ponto 11, por maioria, com **61 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **23 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente). -----

URBANISMO -----

12 - ARU/ORU DO CENTRO DA CIDADE - APROVAÇÃO APÓS DISCUSSÃO

PÚBLICA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “ARU/ORU do Centro da Cidade – Aprovação após discussão pública”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia três de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **13 -**

APROVAÇÃO DA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) DAS

TAIPAS. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aprovação da ORU (Operação de Reabilitação Urbana) das Taipas”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezoito de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **14 -**

APROVAÇÃO DA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) DE PONTE.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aprovação da ORU (Operação de Reabilitação Urbana) de Ponte”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezoito de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e

fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **15 - APROVAÇÃO DA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) DE PEVIDÉM.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aprovação da ORU (Operação de Reabilitação Urbana) de Pevidém”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezoito de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **16 - SEGUNDA ALTERAÇÃO PONTUAL DO PDM DE GUIMARÃES NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO RERAE - APROVAÇÃO FINAL.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Segunda Alteração Pontual do PDM de Guimarães no Âmbito do Procedimento RERAE – Aprovação Final”, nos termos do nº 2, do artigo 12º, do Decreto-lei nº 165/14, de 5 de novembro, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU:** -----

APROVAR o ponto 12, por maioria, com **83 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente) e **1 voto contra** (1 eleito do BE). -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, proferiu o seguinte: *“O Bloco de Esquerda sempre valorizou a reabilitação urbana tendo, inclusivamente, propondo várias vezes a criação de um programa público que permitisse recuperar habitações e colocá-las em arrendamento a preços controlados. Consideramos essencial que os centros urbanos sejam habitados e usufruídos pela população. No entanto, entendemos que considerar o centro da cidade até à zona das Hortas é,*



manifestamente, exagerado. Parece-nos que este alargamento de área sirva apenas para interesses de fundos mobiliários empenhados, eventualmente, na especulação.” -----

APROVAR o ponto 13, por maioria, com **83 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente) e **1 abstenção** (1 eleito do BE). -----

APROVAR o ponto 14, por maioria, com **83 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente) e **1 abstenção** (1 eleito do BE). -----

APROVAR o ponto 15, por maioria, com **83 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente) e **1 abstenção** (1 eleito do BE). -----

APROVAR o ponto 16, por maioria, com **83 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente) e **1 voto contra** (1 eleito do BE). -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS -----

17 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 21 DE SETEMBRO DE 2018 COM A EMPRESA TÊXTEIS J.F. ALMEIDA S.A. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em vinte e um de setembro de dois mil e dezoito com a empresa Têxteis J. F. Almeida S.A.”, aprovada pelo Órgão

Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **18 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015, COM A EMPRESA LIROF – FIOS TÊXTEIS S.A.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em dezanove de fevereiro de dois mil e quinze com a empresa LIROF – Fios Têxteis, S.A.”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **19 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 17 DE OUTUBRO DE 2016 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 23 DE MAIO DE 2018 COM A EMPRESA ANTÓNIO LEITE PEREIRA, FILHOS & Cª LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em vinte e três de maio de dois mil e dezoito com a empresa António Leite Pereira, Filhos & Cª Lda.”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **20 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017 COM A EMPRESA JOSÉ JÚLIO JORDÃO, LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em onze de dezembro de dois mil e dezassete com a empresa José Júlio Jordão, Lda.”,



aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia três de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **21 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 25 DE JUNHO DE 2015 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 15 DE OUTUBRO DE 2018, COM A EMPRESA FORTUNATO O. FREDERICO & Cª, LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em vinte e cinco de junho de dois mil e quinze e posterior adenda datada de quinze de outubro de dois mil e dezoito, com a empresa Fortunato O. Frederico & Cª Lda.”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

A Assembleia **DELIBEROU**: -----

APROVAR o ponto 17, por maioria, com **81 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente) e **3 votos contra** (3 eleitos da CDU). -----

APROVAR o ponto 18, por maioria, com **81 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente) e **3 votos contra** (3 eleitos da CDU). -----

APROVAR o ponto 19, por maioria, com **81 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente) e **3 votos contra** (3 eleitos da CDU). -----

APROVAR o ponto 20, por maioria, com **81 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente) e **3 votos contra** (3 eleitos da CDU). -----

APROVAR o ponto 21, por maioria, com **57 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS), **24 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente) e **3 votos contra** (3 eleitos da CDU). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, proferiu o seguinte: *“Apesar de reconhecermos a importância do investimento privado no concelho para a criação dos catorze postos de trabalho, que inicialmente até seriam quarenta, entendemos, considerando as notícias que têm vindo a público, que motivaram a manifestação no largo do Toural, no dia de ontem, a existência de conflitos laborais que colocam em causa os legítimos direitos dos trabalhadores, deveriam motivar uma atenção especial da Câmara às empresas que beneficiam de reduções nos impostos e taxas, fiscalizando, escrupulosamente, as atividades destas. Não pode este Executivo e esta Assembleia premiar empresários que se recusam a cumprir a legislação laboral e a respeitar os direitos dos seus trabalhadores, embora sei qual é a resposta do Senhor Presidente da Câmara.”* -----

Mariana da Conceição Pereira da Silva, em nome do Grupo Parlamentar da CDU, proferiu o seguinte: *“A CDU votou contra todos estes pedidos porque, em dois mil e dezassete, fizeram uma proposta de alteração ao Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal, em vigor no concelho de Guimarães. É um esforço da comunidade com o objetivo de reforçar, diversificar e melhorar a estrutura empresarial do concelho, existente ou a*



existir e, para isso, propúnhamos que estes benefícios fiscais fossem atribuídos, entre várias alíneas, mas, para nós, das alíneas mais importantes e que fariam a diferença nestes casos, seria a alínea d) – investimento com elevado e reconhecida incorporação tecnologias amigas do ambiente e com preocupação da redução do consumo de água e a sua reciclagem e progressiva substituição de combustíveis de origem fóssil em dez por cento e a qualidade de postos de trabalho líquidos, a criar por efeito do investimento, titulados por contratos a termo incerto e com remunerações vinte por cento acima do salário mínimo nacional.” -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----

22 - AJUSTE DIRETO N.º 58/19 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES INTERMÉDIAS EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ABERTURA DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Ajuste Direto nº 58/19 – Aquisição de Serviços – Fornecimento de refeições intermédias em refeitórios escolares – Aprovação da repartição de encargos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), da seguinte forma: **Ano 2020:** 557.298,80€ (quinhentos e cinquenta e sete euros, duzentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos) + IVA (13%); **Ano 2021:** 557.298,80€ (quinhentos e cinquenta e sete euros, duzentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos) + IVA (13%) ”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezassete de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar do BE, anunciou que o Bloco de Esquerda votará contra a proposta de

fornecimento de refeições intermédias em refeitórios escolares por dois motivos que consideram da maior importância: Primeiro, porque, como é sabido, o Bloco de Esquerda é contra a externalização deste serviço através de empresas de *catering*; Segundo, porque tiveram conhecimento da existência de um número significativo de escolas onde o fornecimento dessas refeições são da responsabilidade das Associações de Pais, mas segundo informação que lhe fizeram chegar, a Câmara Municipal não cumpriu a totalidade do acordado, por erro de cálculo e já assumido pela Vereadora da Educação, mas que não chegou a ser devidamente corrigido. Concluiu, dizendo que era importante saber se as mudanças que têm vindo a ser implementadas no sistema educativo eram para continuar e com que brevidade seriam implementadas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **83 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 Membro Independente) e **1 voto contra** (1 eleito do BE). -----

ENTIDADES PARTICIPADAS -----

23 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L. (2020). Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contrato Programa com a Cooperativa de Interesse Público FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L.”, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as atualizações vigentes, que regula a Atividade Empresarial Local e o Regime das Participações Locais, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **24 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TURIPENHA (2020).** Submete-se à apreciação e



votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contrato Programa com a Cooperativa Turipenha – Ano 2020”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **25 - CONTRATO-PROGRAMA COMO A COOPERATIVA TEMPO LIVRE (2020).** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contrato Programa com a Cooperativa Tempo Livre – Ano 2020”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **26 - ASSOCIAÇÃO DE LABORATÓRIO DA PAISAGEM - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Associação de Laboratório da Paisagem - Alteração dos Estatutos e Aprovação de Contrato Programa”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **27 - CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG, COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM, UNIPESSOAL LDA – 2020.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contratos a celebrar com a CASFIG, Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal LDA – Ano de 2020”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU:** -----

APROVAR o ponto 23, por maioria, com **61 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 membro Independente) e **23 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP e 1 eleito do BE). -----

APROVAR o ponto 24, por maioria, com **61 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 membro Independente) e **22 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP) e **1 voto contra** (1 eleito do BE). -----

APROVAR o ponto 25, por maioria, com **60 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 3 eleitos da CDU) e **23 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente) e **1 voto contra** (1 eleito do BE). -----

APROVAR o ponto 26, por maioria, com **80 votos a favor** (20 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 membro Independente) e **3 abstenções** (2 eleitos do CDS-PP e 1 eleito do BE). -----

Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, do Grupo Parlamentar do PS, não participou na votação desta proposta por se considerar impedido. -----

APROVAR o ponto 27, por maioria, com **59 votos a favor** (20 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 3 eleitos da CDU) e **24 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente). -----

Manuel Martins Salgado, do Grupo Parlamentar do PS, não participou na votação desta proposta por se considerar impedido. -----

FREGUESIAS -----

28 - FREGUESIA DE INFANTAS - PROJETO CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE - RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal



a proposta designada por “Freguesia de Infantas – Projeto Consigo – Equipamentos Adaptativos e Acompanhamento de Proximidade – Retificação de deliberação”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **29 – FREGUESIA DE INFANTAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do artigo nº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Freguesia de Infantas – Cedência de autocarro”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezassete de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **30 - FREGUESIA DE POLVOREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do artigo nº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Freguesia de Polvoreira – Cedência de autocarro”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia três de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 28, 29 e 30, por unanimidade. -----

FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----

31 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS DE REPERFILAMENTO NA RUA EX-COMBATENTES DO ULTRAMAR. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do nº 1, do artigo 33º e da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Freguesia de Mesão Frio – Atribuição de subsídio – Obras de reperfilamento na rua Ex-

Combatentes do Ultramar”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **32 - FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - EXECUÇÃO DA OBRA DE ALARGAMENTO E BENEFICIAÇÃO DO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Candoso São Martinho – Alteração do Contrato de Atribuição de Subsídio - Execução da obra de alargamento e beneficiação do cemitério e requalificação da zona envolvente”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **33 - FREGUESIA DE BARCO - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Barco - Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2019 – Primeira Revisão”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **34 - FREGUESIA DE BARCO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENOS DESTINADOS AO PARQUE FLUVIAL DE BARCO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do nº 1, do artigo 33º e da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Freguesia de Barco – Atribuição de subsídio para aquisição de terrenos destinados ao Parque Fluvial de Barco”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **35 -**



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS DE CONSTRUÇÃO NOVO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do nº 1, do artigo 33º e da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim – Atribuição de Subsídio – Obras de construção novo cemitério e requalificação da zona envolvente”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 31 a 35, por unanimidade. ---

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

36 - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – PRIMEIRA REVISÃO DO CONTRATO-INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL DO PARQUE DE LAZER DO RIO SELHO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão – Primeira revisão do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Obras de requalificação dos balneários do campo de futebol do Parque de Lazer do Rio Selho”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia três de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **37 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – ANO DE 2019.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Mesão Frio – Delegação de Competências e Subsídio – Ano de 2019”,

aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **38 - FREGUESIAS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea k), do nº 1, do artigo 25º, na alínea m), do nº 1, do artigo 33º, do nº 2, do artigo 117º conjugado com o artigo 131º, todos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a proposta designada por “Freguesias - Delegação de Competências - Manutenção dos Espaços Verdes”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 36, 37 e 38, por unanimidade. -----

TRÂNSITO -----

39 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA TRAVESSA B DAS MONDAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANDOSO S. TIAGO E MASCOTELOS. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Alteração de trânsito na Travessa B das Mondas – União das Freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia três de outubro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

-----**PROPOSTAS E MOÇÕES**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

MOÇÃO DE PESAR apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, do seguinte teor: “**DIOGO FREITAS DO AMARAL – UM PERCURSO E UMA OBRA SINGULAR.** Relembrar hoje a figura de Diogo Freitas do Amaral é fazer um



exercício de memória do caminho que trilhámos ao longo de quase cinco décadas. O Presidente da República considerou-o a par de Álvaro Cunhal, Francisco Sá Carneiro e Mário Soares, um dos pais da Democracia Portuguesa. Com eles partilhou desafios, encontros e desencontros, no saber da sua evolução e resiliência como Homem e político. Os serviços prestados à sociedade e ao país foram inúmeros, dos quais são destacável a presidência da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, a Fundação do Partido do Centro Democrático Social (CDS), a criação da Aliança Democrática (AD), as funções de Ministro da Defesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros por duas vezes, Vice-Primeiro Ministro, Primeiro-ministro Interino, Presidência da Assembleia das Nações Unidas, Presidente Europeu das Democracias Cristãs, a fundação do curso de Direito da Universidade Nova de Lisboa e de catedrático distinto da Universidade “Clássica” de Lisboa e a uma obra que ascende as cinquenta publicações. Diogo Freitas do Amaral, medalha de Ouro da Cidade de Guimarães, teve também no Concelho um importante papel, nunca tendo esquecido as suas origens vimezanenses, mesmo estando simultaneamente embrenhado em lutas nacionais pela democracia e no desempenho das suas funções em Portugal e no estrangeiro. Por sua iniciativa própria, foi mecenas na recuperação de obras de arte do Museu Alberto Sampaio, doou o seu espólio enquanto presidente do CDS e Candidato Presidencial ao Arquivo Municipal de Guimarães, foi Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães durante diversos anos, tendo contribuído decisivamente para a viabilização da construção do Lar Rainha D. Leonor em Urgezes. Foi o principal proponente para a existência do campo da Ataca em Aldão, foi membro do Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães na Capital Europeia da Cultura

dois mil e doze, organizou os Congressos Históricos de Guimarães, colaborou com a Sociedade Martins Sarmento em diversos estudos históricos, defendeu como Ministro a unidade de Guimarães a Vizela desde a década de oitenta, colaborou sempre que requisitado com todos os Presidentes da Câmara de Guimarães em inúmeros assuntos, independentemente da sua cor política, e escreveu a obra mais vendida de sempre sobre D. Afonso Henriques, contribuindo desta forma para a promoção do rei conquistador e de Guimarães no coração de todos os portugueses. Diogo Freitas do Amaral manteve-se participativo em muitas iniciativas em Guimarães nos últimos anos, como foi o caso do lançamento do seu penúltimo livro no Paço dos Duques, na inauguração do comboio Alfa até Guimarães ou até na sua ajuda na fundação da recente Grã Ordem Afonsina neste seu tão atormentado ano de dois mil e dezanove. Como Diogo Freitas do Amaral dizia “Nasci na Póvoa de Varzim mas sou de Guimarães” e assim o provou; Foi mesmo de Guimarães toda a sua Vida!” - A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **81 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 membro Independente) e **3 abstenções** (3 eleitos da CDU). -----
MOÇÃO apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, do seguinte teor: “As doenças cardiovasculares como o enfarte agudo do miocárdio, a insuficiência cardíaca e as arritmias são a principal causa de morte em Portugal. Apesar dos avanços terapêuticos, a doença coronária isquémica continua a ser, logo após as doenças cerebrovasculares, a principal causa de morte dos portugueses. Neste contexto, e com o propósito de otimizar a resposta do HSOG e do seu Serviço de Cardiologia, a Liga dos Amigos do Serviço de Cardiologia do HSOG e o Rotary Club de Guimarães estabeleceram um protocolo de colaboração destinado à captação de



fundos junto da sociedade civil, com o objetivo de dotar e renovar infraestruturas e equipamentos necessários para a prestação de cuidados de saúde de qualidade, acompanhando os constantes avanços diagnósticos, terapêuticos e tecnológicos. Os significativos recursos financeiros obtidos resultantes da solidariedade e da generosidade da sociedade civil permitiram concretizar os seguintes investimentos: 1- Aquisição de 2 equipamentos de Tomografia Computorizada (TC); 2- Remodelação do Internamento de Cardiologia e da Unidade de Cuidados Intensivos Cardíacos (UCIC); 3 - Criação de uma nova infraestrutura destinada a acolher o renovado Laboratório de Arritmologia, Pacing e Electrofisiologia (LAPE), e a instalar o novo Laboratório de Hemodinâmica (Unidade de Diagnostico e Intervenção Cardiovascular – UDIC) e aquisição dos respetivos equipamentos. Considerando que TEMPO É MIOCÁRDIO, e quanto mais tempo passa no enfarte sem revascularização coronária, mais miocárdio morre, mais doentes morrem e, se não morrem, pior fica a sua função ventricular, daqui resultando outras complicações, como insuficiência cardíaca, arritmias e morte súbita; Considerando que a revascularização emergente é crucial para a melhoria do prognóstico dos doentes coronários, sendo atualmente necessário o transporte em ambulância de emergência para o Hospital de Braga, com o acompanhamento de um cardiologista e de um enfermeiro; Considerando que o processo de transporte dos doentes para o Laboratório de Hemodinâmica de Braga implica um atraso na revascularização e expõe o doente crítico aos riscos de um transporte inter-hospitalar, com manifesto prejuízo para o doente; Considerando que o Serviço de Cardiologia do HSOG possui as infraestruturas e equipamentos necessários para a entrada em funcionamento do Laboratório de Hemodinâmica permitindo que os

doentes coronários possam realizar os cateterismos cardíacos e angioplastias, e permitindo ainda o reforço da sua capacidade na Cirurgia Vascular, na Radiologia de Intervenção e na Neuroradiologia; Considerando que o Serviço de Cardiologia do HSOG possui desde há mais de duas décadas consulta diferenciada de Doença Coronária, como a Insuficiência Cardíaca Avançada, as Cardiomiopatias e a Arritmologia (de diagnóstico e Intervenção), com um quadro de cardiologistas e de enfermeiros altamente especializados e de reconhecida competência técnica e científica. A Assembleia Municipal de Guimarães, reunida em quinze de novembro de dois mil e dezanove, delibera: 1 - Solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que prossiga as diligências tendentes à resolução desta situação, junto da ARS-Norte e da Senhora Ministra da Saúde; 2 - Instar a Senhora Ministra da Saúde, Doutora Marta Temido, para que autorize com a maior brevidade, a entrada em funcionamento do Laboratório de Hemodinâmica (Unidade de Diagnostico e Intervenção Cardiovascular – UDIC) no Hospital Senhora da Oliveira de Guimarães.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, proferiu o seguinte: *“Naturalmente a posição do Bloco de Esquerda é favorável a esta moção, apresentada pelo Partido Socialista. Queria deixar apenas uma referência, que ainda ontem mesmo o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda fez uma pergunta ao Governo no sentido de perceber se efetivamente haverá alguma resposta positiva para a entrada em funcionamento desta sala de hemodinâmica. Logo o nosso sentido de voto não podia ser outro.”*-----



MOÇÃO apresentada pelo Grupo Parlamentar da CDU, do seguinte teor: “Os trabalhadores do Grupo Fortunato O. Frederico & Cª vivem dias muito difíceis. Em finais de Setembro a empresa decidiu aplicar unilateralmente um novo horário procurando roubar, com esta decisão, vinte minutos à vida dos trabalhadores. Ao regular duas pausas, que todos os estudos indicam serem favoráveis à produtividade dos trabalhadores e, conseqüentemente, ao lucro dos patrões, a empresa podia dar um sinal de modernidade. No entanto, o caminho escolhido foi o de tentar obrigar os trabalhadores a trabalhar vinte minutos para além do fim do horário de trabalho. Foi, claramente, escolhido o caminho do retrocesso, do agravamento da exploração por via do aumento do horário, do quero posso e mando. Os trabalhadores, através do seu sindicato, o Sindicato do Calçado do Minho, e da FESETE, procuraram junto da empresa dialogar para se encontrar uma solução. Face ao muro de silêncio encontrado, aos trabalhadores só restou uma solução. Resistir e lutar. A partir de sete de Outubro, os trabalhadores decidiram não parar nas pausas determinadas pela empresa e largar o trabalho, no horário que se pratica na empresa há décadas. Apesar das pressões a que os trabalhadores foram sujeitos, a sua unidade, organização, determinação e coragem garantiram que até ao dia de hoje, os trabalhadores continuam a cumprir 40 horas semanais. Ontem, catorze de Novembro, centenas de trabalhadores, das unidades de Guimarães e Paredes de Coura, afirmaram publicamente a sua determinação em resistir a esta ilegítima decisão. O caminho do progresso tem de ser o da redução do horário de trabalho e não o do seu aumento, seja por que vias for. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a quinze de Novembro decide: 1. Demonstrar a solidariedade com a luta dos trabalhadores do Grupo Fortunato O. Frederico & Cª pelo direito

ao horário de trabalho de quarenta horas semanais; 2. Apelar à empresa para que retome a via do diálogo e do cumprimento dos direitos dos seus trabalhadores.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **61 votos a favor** (21 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **23 abstenções** (11 eleitos do PSD, 9 Presidentes de Junta de Freguesia do PSD, 2 eleitos do CDS-PP e 1 membro Independente). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, proferiu a seguinte declaração de voto: *“O Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária. Temos em conjunto com a CDU um conjunto de ideias que são convergentes em muitas matérias, e nesta não é diferente. Queria deixar aqui apenas a nota de que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou uma questão ao Governo para que se pronuncie sobre esta situação.”* -----

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, em nome do Grupo Parlamentar do PS, proferiu a seguinte declaração de voto: *“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta Moção, porque nos revemos, na íntegra, na parte deliberativa da mesma, especialmente porque entendemos que as relações laborais devem-se reger, pelo que o ponto dois faz referência direta, no diálogo entre os representantes dos trabalhadores e dos patrões. Não deixamos, contudo, nesta declaração de voto, registar que entendemos os considerandos constantes da moção conflituantes com a abordagem dialogante e de intermediação que a parte propositiva acaba, mesmo, por referir, tentando promover luta onde deve existir diálogo de concertação. Votamos, por isso, favoravelmente a deliberação desta Moção, rejeitando os considerandos nela constantes.”* -----



-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com 1 voto contra (Ana Paula Cardoso Lemos Damião). -----

Pelas zero horas e vinte e cinco minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa deu por **ENCERRADA A SESSÃO**. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da Lei número Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -----